

## **RENASCIMENTO URBANO**

### **- O papel da Arquitectura e do Urbanismo na Requalificação das Cidades Europeias**

Nas cidades europeias tem-se assistido neste século a um agravamento da qualidade de vida que, nos últimos anos, assumiu proporções verdadeiramente catastróficas.

Como resultado de um planeamento urbano baseado em teorias “funcionalistas” do PLANEAMENTO INDUSTRIAL, que assentam fundamentalmente na ideia de zonamento, assistiu-se ao esvaziamento habitacional do centro das cidades para aí instalar os serviços e ao crescimento desmesurado das periferias, muitas vezes sem regra, criando verdadeiros dormitórios, ermos de solidão.

Este fenómeno, associado à migração de populações com ocupações no sector primário, do campo para as principais cidades e outros fenómenos migratórios (mais acentuadamente nas grandes capitais) deu origem a desperdícios de tempo, energias e território, de proporções insustentáveis e a uma situação verdadeiramente desastrosa do ponto de vista ecológico.

“O planeamento industrial implementou-se pela fragmentação de complexos rurais e urbanos (cidades, vilas, aldeias, bairros, quarteirões), integrados e polifuncionais, em zonas monofuncionais (residenciais, “campus” universitários, “shopping centers”, polos industriais, administrativos, recreativos, etc.).

O primeiro imperativo do zonamento é a transformação de cada parte do território (urbano ou rural) de tal forma que cada indivíduo só possa desempenhar uma função, num único lugar e num só tempo.

O segundo imperativo do zonamento é a mobilização ou deslocação efectiva e diária da sociedade industrial no seu todo (todas as classes e raças; adultos, idosos e crianças; pobres e ricos; empregados e empregadores), em ordem a desempenhar as funções da vida diária (mesmo as mais simples).

Contrariamente à ordem orgânica das cidades, o zonamento funcional estabelece a desordem mecânica da anti-cidade”. 1

Por outro lado, a arquitectura dos edifícios, baseada em modelos abstratos, rompeu com a linha evolutiva e dinâmica da história e assistimos à proliferação de construções, “inspiradas” em modelos de modernismos funcionalistas, que constituem objectos de consumo a curto prazo, esvaziados de sentido e, na maior parte das vezes, constituindo agressões brutais ao meio ambiente (natural e construído).

A invenção, a inovação, a descoberta, transformaram-se num fim em si e não num meio para atingir um propósito de solidez, durabilidade, conforto e harmonia, como tradicionalmente sempre foram encaradas.

Conceitos como ética e estética passaram a sujeitar-se a uma lógica de produção industrial e de consumo, quando não foram mesmo considerados como “coletes de forças” ao falsamente denominado progresso do homem na via para o “admirável mundo novo” e, portanto, conceitos a relegar para níveis pouco ou nada determinantes.

Para além de se ignorarem as especificidades culturais locais, regionais e nacionais, ignoraram--se até características tão evidentes como, por exemplo, as climatéricas, produzindo-se edifícios com necessidades de consumo energético desmesuradas, aumentando a dependência energética dos respectivos países e, inevitavelmente, interferindo negativamente no equilíbrio ecológico do Planeta.

Esta situação que vivemos hoje, de constante ameaça de catástrofe ecológica, de cansaço e esgotamento físico e nervoso, profundamente anti-natural, agrava-se de dia para dia e não nos permite - isso seria um “luxo” de consequências imprevisíveis - continuar impassíveis e motiva--nos (uns mais conscientemente outros menos) na busca de outros modos de vida, de outros urbanismos e modelos arquitectónicos, quase sempre procurando “qualquer coisa” que perdemos e que ansiamos fervorosamente reencontrar.

A perda da identidade cultural dos povos, com a riqueza que assenta também na sua grande diversidade e especificidade, sacrificando milénios de saber acumulado, tradicionalmente transmitido de geração em geração e, neste processo, constantemente enriquecido e valorizado, contribui também para este sentimento generalizado de vazio, de viver “à beira do abismo”, sem sentido - o que é que transmitimos aos nosso filhos, às gerações vindouras?

Nesta procura de “Aquilo que sabemos mas que esquecemos” 2 , surgiram algumas personalidades ligadas ao planeamento urbano e à arquitectura e também noutros domínios de actividade que corajosamente, contra “ventos e marés”, constituíram o núcleo (ou núcleos) de um movimento que poderemos designar por um novo RENASCIMENTO URBANO.

Este movimento, cada vez com mais aderentes - quer individuais quer institucionais - constitui--se com um projecto profundamente ecológico e caracteriza-se na sua actuação pela revalorização do processo histórico, tradicional, da produção arquitectónica e do planeamento urbano, constituindo-se, assim, também como uma força verdadeiramente moderna, ou se preferirmos, contemporânea, apontando soluções e levando a cabo realizações comprovadamente adequadas para a renovação da qualidade de vida nas nossas cidades.

Cada vez com mais frequência assistimos , nas cidades europeias, à concretização de empreendimentos promovidos por investidores privados, autoridades locais e outras instituições que, de uma forma culta e consciente, compreenderam a importância do problema e se empenham com igual fervor na sua resolução.

Para além das personalidades e instituições que hoje se empenham na requalificação das cidades, não seria justo esquecer aqueles que, mais solitariamente, como Raymond Erith em Inglaterra ou Raul Lino em Portugal, neste século de iconoclastia, continuaram fiéis às suas tradições e nos legaram bons exemplos de Arquitectura - “modelos axiologicamente defenidores das formas persistentes (...) na arquitectura” 3 - renovadora “na continuidade da memória colectiva e no respeito pela ecologia, (...) numa desejável adequação entre a Arquitectura, a Paisagem e a Vida” 4 .

A exemplo destes e outros Mestres, os Arquitectos e Urbanistas empenhados neste movimento projectam para “construir e habitar o espaço de forma a preservar o mundo - a natureza e a cultura a que pertencem -, de forma a realizar a possível articulação entre a Terra e o Céu, entre o Homem e Deus” 5 ou o Cosmos.

Nos seus Ateliers, princípios fundamentais como ética ou estética são considerados como valores universais que transcendem tempo e espaço, climas e civilizações.

“A cidade não é um mero acidente económico mas sim um projecto moral.” 6

A noção de finito é determinante para a compreensão em termos correctos do organismo que a cidade constitui: O seu tamanho, a sua forma e tipologias urbanas, a sua silhueta, número de habitantes que pode albergar e de actividades que nela se podem desempenhar, são factores que não podem ser “esticados” infinitamente. Tal como qualquer outro organismo vivo na natureza, a cidade só pode expandir-se por multiplicação.

Daqui decorre a ideia de “metropolis”, isto é, uma “federação” de cidades (umas pequenas, outras maiores, mas todas autónomas). Nesta “metropolis” as funções que transcendem as actividades inerentes a cada uma das cidades que a constituem, as funções de importância nacional ou internacional, poderão localizar-se nas periferias de cada núcleo-cidade, não sobrecarregando assim as ruas, praças e avenidas com congestionamentos que lhe são estranhos e prejudiciais. A “metropolis” deverá igualmente possuir limites e ter um centro.

Podemos reflectir na situação da grande região urbana de Lisboa que, muito embora tenha um centro bem definido - a cidade de Lisboa - e englobe outras cidades - Cascais, Oeiras, Sintra, Amadora, Loures, etc. -, não acautelou o crescimento dos seus núcleos constituintes, não se percebendo hoje muito bem onde acaba Lisboa e começa Loures, ou Oeiras, ou Cascais e, por força do zonamento funcional, concentrou determinadas actividades em apenas um núcleo (dormir em Oeiras e trabalhar em Lisboa; estudar em Almada e fazer compras em Cascais).

Parece óbvio que, se assegurarmos o conjunto das funções essenciais de cada uma das cidades dentro delas próprias, dimensionando-as para uma população que tem limites bem definidos, poderemos reduzir bastante os problemas de circulação de pessoas e bens, poderemos poupar nos equipamentos, uma vez que não serão necessários mega-centros, mega-hospitais, mega- “-isto e aquilo” que, todos o sabemos, não funcionam devidamente e são locais completamente desumanizados e com custos de manutenção insustentáveis.

Se fôr necessário “crescer”, teremos sempre que pensar em núcleos urbanos, igualmente completos, autónomos e finitos, em equilíbrio ecológico com o território em que se integram.

“A cidade tradicional é económica no uso do Tempo, Energia e Território, é por natureza ECOLÓGICA.” 7

Uma outra noção importante é a do direito básico do Homem a alcançar o máximo possível de funções urbanas habituais a pé.

Esta medida permite otimizar o uso dos meios de transporte mecânicos (públicos e privados), no sentido em que, reduzindo o seu uso ao essencial, estes tornar-se-ão cada vez mais meios de prazer, aumentando a qualidade do ambiente e reduzindo consumos energéticos e de território consideráveis.

Quanto à forma dos espaços urbanos, importante realçar que a cultura milenar de ruas (espaço linear) e praças (espaço nodal) continua a revelar-se como a única solução a adoptar, pelo carácter familiar e intimidade que comportam. Não podemos continuar a tratar este tema como matéria de experimentação pessoal.

É importante também privilegiar a recuperação dos espaços comerciais, de carácter tradicional, em pequena escala, ao nível da rua, espalhando-os pela cidade. A concentração em grandes superfícies acarreta problemas graves de congestionamento, obriga à ocupação de áreas de terreno de dimensões anormais e infraestruturas de toda a ordem em escalas desmesuradas. Por toda a Europa assiste-se ao fecho dos grandes centros comerciais, para voltar à qualidade do comércio de rua, de bairro, tradicional. Outro aspecto importante é o da dispersão dos edifícios de carácter público (equipamentos culturais, educacionais, recreativos, religiosos) e institucional. Estes deverão localizar-se por forma a rematar um eixo de uma rua ou avenida ou como elemento determinante de uma praça.

Poderíamos enumerar muitas outras noções importantes para um planeamento e renovação da cidade em termos contemporâneos-tradicional/ecológico. Procurámos sintetizar as mais determinantes, conscientes da carga de UTOPIA que a teoria comporta, mas animados pelas realizações bem sucedidas que, com base nestes princípios, se têm levado a cabo em algumas cidades europeias.

Apontamos, a título de exemplo, os projectos de:

Plano para a Reconstrução da Praça de Paternoster, em Londres, John Simpson & Partners, T. Farrel & Company, Hammond Beeby & Babka (1992).

Plano para a ampliação da cidade de Dorchester, Dorset, United Kingdom (Leon Krier-Alan Baxter & Associates, 1989-92).

Reconstrução do quarteirão “Rue de Laeken”, Bruxelas, Bélgica (1989-92), concurso público.

No que diz respeito à arquitectura dos edifícios, é conveniente assumirmos que os modelos construídos no âmbito da produção industrial em grande escala não trouxeram qualquer espécie de benefício assinalável:

Não se reduziram custos de produção;

Não se reduziram prazos de construção;

Não se criaram mais empregos, bem pelo contrário;

Não se dignificaram as condições de trabalho.

Por outro lado, destruiu-se todo um sistema milenar de tradição construtiva, bem organizado e baseado numa produção industrial de carácter local, em muitos casos até artesanal.

Os materiais e as técnicas construtivas de uma determinada região têm uma razão de ser, cultural e económica, nessa região. A importação de outras técnicas e materiais nem sempre traz vantagens e, quase sempre traz inconvenientes porque, não só muitas vezes não se adapta a condições particulares de um determinado local, como também destrói o tecido produtivo tradicional da região, criando situações de desemprego e extinguindo produtos e indústrias com séculos de tradição que têm iguais potencialidades económicas, e que estão na base de arquitecturas que hoje todos achamos importante preservar.

Paradoxalmente, pretende-se preservar um conjunto ou edifício mas extinguem-se as indústrias tradicionais que permitem efectuar a sua conservação e que são também património cultural. A falta de consciência deste tipo de problemas estende-se até governantes e responsáveis pela gestão destes assuntos - Estes poderão apreciar um fim-de-semana de descanso e lazer numa aldeia tradicional, bem preservada, gozando das delícias da sua arquitectura, gastronomia ou paisagem e, na 2ª feira seguinte, nos seus gabinetes, tomarem decisões irreflectidas que destroem pela base a cultura que as sustenta.

Tal como nos preocupamos em renovar a qualidade dos espaços urbanos através da preservação das tipologias tradicionais - ruas, praças - também deveremos deter-nos na compreensão e preservação daquilo que é característico, duradouro e harmonioso na arquitectura de uma determinada região ou local.

Não deveremos reear a tradição na produção arquitectónica; a melhor prova desta afirmação é a constatação da qualidade que possuem ainda hoje os conjuntos edificados e os edifícios que sobreviveram a esta "tábua rasa" do movimento modernista internacional.

Ao assumirmos as tradições construtivas, arquitectónicas e urbanas, estamos a contribuir para a afirmação da nossa identidade cultural, num processo dinâmico inovador e criativo.

José Franqueira Baganha  
Lisboa, Março de 1996

#### BIBLIOGRAFIA

1 e 6 - KRIER, L. - A Charter for the Reconstruction. A Vision of Europe - Architecture and Urbanism for the European City. Alinea Editrice, Firenze, 1992.

2 - ROSA DE CARVALHO, A.S. - We Know but We Have Forgotten. Newsletter nº1, Fondation Philippe Rotthier pour l'Architecture, Bruxelas, Fevereiro 1996.

3, 4 e 5 - RIBEIRO, I. - Raúl Lino, Pensador Nacionalista da Arquitectura. FAUP publicação, 2ª edição, 1994.

7 - KRIER, L. - Tradition-Modernism-Modernity - Some Necessary Explanations of Terms. Archives d'Architecture Moderne, nº35/36, 1987.